

CARTA DE BRASÍLIA, 24 DE ABRIL DE 2018.

ANDIFES, ABRUEM E CONIF¹ realizaram em Brasília, no dia 24 de abril, um seminário conjunto sobre o tema “Contribuição da Educação Superior Pública do Brasil para a CRES-2018”. A partir das discussões e proposições desse Seminário, apresentamos nossa contribuição para a III CRES, a ser realizada em Córdoba, Argentina, em junho próximo, composta por uma introdução e a apresentação de propostas feitas pelas três associações.

Ao longo dos dez anos, decorridos desde a II CRES, realizada em Cartagena, Colômbia, ocorreram transformações significativas na educação superior da América Latina e do Caribe, tanto no plano quantitativo, como qualitativo, com resultados que impactam diretamente a relação entre a educação superior e a sociedade em nível regional e mundial. É hora, pois, de reafirmarmos a importância estratégica da educação superior pública e o papel das universidades para a formação profissional de qualidade e cidadã, a fim de que nossos jovens possam se inserir e contribuir com o seu trabalho para projetos de desenvolvimento inclusivos e solidários, melhorando a vida das pessoas em nosso continente.

No caso brasileiro, a expansão do ensino superior se deu por dois motivos distintos: 1- A ampliação do número de universidades públicas e privadas e a transformação do ensino técnico público em instituições federais de ensino técnico e tecnológico no País. Em decorrência, houve um aumento de alunos matriculados no ensino superior. As universidades federais mais que dobraram o número de alunos matriculados, chegando, hoje, a 1,2 milhões de estudantes. O Brasil, no entanto, ainda está longe de alcançar as metas de inclusão estabelecidas pelo próprio Plano Nacional de Educação - PNE; 2- Nesses anos se acentuou, ainda mais, a diferença entre a cobertura da rede pública e rede privada. Atualmente, a rede privada de ensino superior responde por 87,7% dos alunos matriculados.

Não há dúvidas da importante contribuição histórica de setores do ensino privado na formação em nível superior. Entretanto, existem particularidades preocupantes com relação à natureza dessa expansão. O ensino superior privado no Brasil é, em parte, desenvolvido por instituições sem fins lucrativos, algumas das quais com um nível de qualidade reconhecido nacional e internacionalmente. A preocupação está com a constatação de que a grande expansão da cobertura pelo setor privado se dá, atualmente, por instituições privadas com fins lucrativos, das quais as mais expressivas pertencem

¹ Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM e Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF

a fundos privados de investimento estrangeiros. Atualmente, um único grupo tem o número de alunos matriculados maior do que aquele das universidades federais somadas.

Talvez essa seja a maior e a mais preocupante transformação observada, desde a CRES 2008, no sistema de ensino superior no Brasil. Há fortes indicativos de que políticas privatistas dessa natureza se estenderão pela América Latina e Caribe, como parte de um modelo de transformação mercantilista do ensino superior. Há uma necessidade urgente de que a CRES 2018 se posicione em defesa da educação superior, em linha com o proposto em Cartagena: *A Educação Superior é um bem público social, um direito humano e universal e um dever do Estado.*

Mais uma vez, o caso brasileiro é sintomático. O modelo tradicional de financiamento voltado para as instituições públicas e, complementarmente, para as instituições privadas sem fins lucrativos foi uma decorrência de políticas públicas voltadas para o acesso de todos os segmentos sociais e econômicos ao ensino superior. No momento em que se faculta e estimula a oferta de ensino superior com fins lucrativos, se assume uma posição política contrária aos interesses da população, pois o lucro passa a ser o norteador dessas políticas. Mais preocupante ainda é o fato de que esse sistema privado, com a forte presença de fundos de investimento, depende do financiamento público para auferir seus lucros.

Uma vez que entendemos a educação superior como um bem público, um dever do Estado, e não uma atividade comercial exercida com fins lucrativos, é essencial que o estado assuma o financiamento público da educação superior integrado à educação básica, segundo os princípios e conceitos definidos em Cartagena. Subjacente a essa proposição está que o ensino também deve ser gratuito.

O financiamento público para a educação e para a educação superior, como também para a ciência e tecnologia na América Latina e no Caribe, está aquém das necessidades próprias e distante dos investimentos realizados por outros países e regiões. A questão do financiamento perpassa, também, pela discussão da autonomia das universidades, tema que, no Brasil, vem sendo constantemente negado, inclusive com políticas contrárias persistentes, apesar de ser uma prerrogativa constitucional. Além da reafirmação do financiamento público em proporções próprias para a expansão do sistema de educação superior pública como política de Estado, faz-se necessário que organismos regionais, voltados para o financiamento público, sejam estruturados na perspectiva de se buscar, de forma conjunta, o desenvolvimento regional sustentável. Está claro que o desenvolvimento sustentável da América Latina e do Caribe é um tema que depende da integração dos países da região, no qual as instituições de educação superior têm papel essencial. Esse financiamento pode e deve ser buscado de forma conjunta também em nível internacional.

A educação superior e, particularmente, as universidades têm um papel fundamental na construção dos objetivos para o desenvolvimento sustentável propostos para 2030. Embora um dos objetivos se dedique especificamente à educação, está claro que os demais necessitam do aporte de recursos humanos, de pesquisa e de extensão diretamente associados às atividades da educação superior. Há uma responsabilidade histórica das Instituições de educação superior na erradicação da pobreza e na superação das desigualdades presentes na América Latina e no Caribe. É preocupante a constatação de que, no século passado, as diferenças sociais e econômicas se acentuaram a partir da convivência de governos locais para com políticas de concentração de renda. Nesse aspecto, as desigualdades representadas pela pobreza, cuja erradicação é o objetivo número um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, é, seguramente, um dos maiores desafios para a América Latina e o Caribe.

Assimetrias regionais e internas em cada país são um obstáculo para o desenvolvimento sustentável da região, onde as desigualdades se acentuaram no século passado. Parece claro que o desenvolvimento sustentável sócio ambiental se estabelece como um modelo de superação, onde o conhecimento técnico e científico é essencial para que ele se desenvolva na sua integralidade e não se limite apenas como uma questão ambiental ou de responsabilidade social, mas de comprometimento com as sociedades e as populações excluídas pelos modelos econômicos, até agora, hegemônicos. Há grandes carências regionais na formação de pessoal qualificado voltado para a pesquisa e docência, como também de maiores financiamentos para o desenvolvimento científico e tecnológico. A responsabilidade da educação superior para com o desenvolvimento sustentável, portanto, assume uma importância estratégica na integração regional.

Com a noção de educação superior como um bem público, forjado por tensões entre tradição acadêmica e novas demandas do desenvolvimento social, econômico, profissional, disciplinar e científico, é necessário compreender a complexidade das forças que incidem sobre as demandas por democratização do acesso, do conhecimento e da gestão institucional. É necessário identificar as mudanças que vêm ocorrendo na expansão da oferta e na diversificação institucional e programática da educação superior, como condicionadas e condicionantes da necessidade de articulá-la com a educação básica, constituindo, efetivamente, ambos os níveis de formação, os sistemas nacionais de educação. Mais ainda, é necessário situar o planejamento institucional das universidades em face das políticas locais/nacionais e das influências globalizantes, salientando o poder e a fadiga das políticas de avaliação em larga escala na problemática da qualidade da educação superior.

As universidades se encontram frente ao desafio de oferecer oportunidades de ensino, pesquisa e extensão em um cenário bastante diferente daquele que caracterizou o século XX, seja sob

o prisma pedagógico, seja pelo conteúdo. Novas formas de ensinar, novas fontes de informação, acesso a dados, redes sociais e novas visões de mundo estabelecem novos parâmetros para atividades profissionais, quer nas profissões tradicionais, quer nos novos campos de trabalho. É essencial, pois, aumentar o acesso dos jovens à educação superior pública de qualidade e garantir permanência e conclusão, com o apoio de políticas de assistência estudantil. Ademais, é imperioso que sejam adotadas novas e inovadoras metodologias de ensino-aprendizagem, de modo que os jovens possam se inserir em um mundo do trabalho sob impacto das tecnologias de informação e comunicação. A integração regional no plano acadêmico deve ser ampliada, diversificada e inclusiva. As Universidades têm responsabilidades sociais que são inerentes à sua constituição.

A educação a distância tem uma natureza inclusiva inegável, na medida em que oferece a oportunidade de formação acadêmica a segmentos da população que não têm condições de formação exclusivamente presencial. No ensino superior brasileiro, a EaD respondeu, em 2016, por 18,6% das matrículas. Enquanto as matrículas presenciais apresentaram uma queda de 1,2% no ano de 2016 em relação a 2015, a EaD cresceu 7,2% no mesmo período. Está claro que a forma como é utilizada está diretamente vinculada à natureza institucional. Tanto pode ser uma ferramenta de promoção da expansão, como uma estratégia comercial pura e simples. Uma nova abordagem da EaD está se desenvolvendo. Com repercussões ainda não totalmente claras, instituições internacionais ou a elas associadas oferecem cursos a distância, inclusive em universidades estrangeiras, possibilitando habilitação que pode ser validada no país de origem do estudante. Dessa forma, a experiência de convivência multicultural, o desenvolvimento de relações interpessoais, as aberturas dos horizontes de jovens para um mundo de desafios acabam se resumindo à capacitação de um profissional preparado para o mercado de trabalho cuja lógica é o próprio mercado, e não a cidadania.

O horizonte de atuação das instituições responsáveis pela pesquisa científica e tecnológica e inovação é mais amplo do que aquele usualmente referenciado, que é o de tecnologias associadas às ciências exatas. Os campos sociais, econômicos e culturais representam uma oportunidade significativa de desenvolvimento. Num cenário de mobilidade global, sociedades capazes de promover novas formas de relacionamento serão aquelas capacitadas a avançar na promoção do bem-viver. Desafios múltiplos, próprios de cada região, precisam olhares próprios para o encaminhamento de soluções que envolvam ciência, tecnologia e inovação em campos tão diversos como urbanismo e agricultura, economia solidária, economia regional e global, cultura local e mundialização. Não restam dúvidas de que a pesquisa científica e tecnológica e a inovação são essenciais para o desenvolvimento humano, social e econômico. No Século XXI, esse axioma se aplica aos ODS propostos pela ONU. Se alguns objetivos relacionados acima estão claramente associados à pesquisa

científica e tecnológica e à inovação, importa enfatizar que o desenvolvimento cultural e social está presente em cada um dos demais objetivos propostos. Iniciativas de integração mais efetivas passam pela constituição de instâncias de fomento regionais alinhadas às políticas locais e regionais. A integração acadêmica na América Latina e no Caribe propiciará a formação de uma frente regional representativa no plano mundial, com força suficiente para buscar recursos também internacionalmente. Cabe aos organismos regionais responsáveis pelas políticas de desenvolvimento a definição de prioridades e o estabelecimento de planos estratégicos e recursos para que ciência, tecnologia e inovação contribuam para a transformação das nossas sociedades.

No plano regional, a cooperação interinstitucional e entre países é o principal caminho a ser percorrido para integrar o trabalho das instituições voltadas para a educação superior. A integração regional deve estar identificada com as propostas de desenvolvimento regional sustentável. Para tanto, é importante reconhecer que mobilidade acadêmica e cooperação técnica regional devem ser estratégias próprias dessas políticas. As oportunidades de formação e de pesquisa devem ser promovidas dentro da perspectiva de uma internacionalização solidária, capaz de contribuir para a diminuição das assimetrias regionais existentes. Da mesma forma, a participação das instituições da região em iniciativas que promovam a aproximação com outras regiões de características, necessidades e identidades semelhantes deve ser construída para o encaminhamento de soluções comuns.

O século XXI está se caracterizando por metamorfoses da sociedade e dos saberes. As novas questões sociais mundiais revelam sua emergência em um espaço-tempo marcado pela heterogeneidade, pela diversidade e pela conectividade. As relações entre o local, o nacional e o mundial são interativas, convergentes e contraditórias a um só tempo. Tal diversidade, indeterminação e multicausalidade impõem desafios novos aos saberes científicos e às humanidades.

A universidade tem que responder a novas faces da sociedade, espacialidades cruzadas e temporalidades emaranhadas com um vigor de pesquisa traduzida em ensino, e com novas estratégias de extensão. Sobretudo, trata-se de estabelecer um diálogo fecundo entre o conhecimento científico e outros conhecimentos, de modo a ampliar o conhecimento social sobre as estruturas, os processos e as trajetórias de transformação da sociedade.

Ao mesmo tempo, a universidade precisa alterar seu modo de produção de conhecimento, voltando-se para a interdisciplinaridade, para a complementariedade da pesquisa básica e aplicada e para a construção de uma cidadania com vistas a alcançarmos outro patamar civilizatório mundial. Nosso continente, ou “Nossa América”, como diria José Martí, carece, por conta de séculos de

opressão econômica e social, de serviços básicos: saúde, educação, habitação, transporte, saneamento, dentre outros. É papel de nossas instituições desenvolver pesquisas que possibilitem suas aplicações por meio de metodologias de pesquisa-ação, assim como é seu papel o fortalecimento da extensão universitária, permitindo a troca de saberes entre culturas diversas. Da mesma forma, políticas de inovação e de pesquisa aplicada, por meio da inovação junto às empresas, são essenciais para a geração de emprego e renda para a população.

Faz pouco mais de duas décadas que a América Latina e o Caribe começaram a conhecer sua diversidade étnico-cultural. A explicação para esse reconhecimento tardio é fruto de uma diversidade histórica calcada na escravidão, no extermínio e na exclusão. Ao abordar a diversidade cultural e a interculturalidade na América Latina e no Caribe, faz-se necessário entender que são conceitos contemporâneos utilizados, muitas vezes, com sentidos políticos e sociais opostos. A proposta é acrescentar ao debate vivências da educação superior onde, por ora, a realidade é marcada por confrontos e avanços significativos.

A Pedagogia da Reforma, tal como a entendemos no Manifesto, inclui a busca da ciência com verdade, a extensão com dignidade e objetivo social, o ensino livre, com docentes que sejam “verdadeiros construtores de almas, criadores da verdade, da beleza e do bem”, professando a educação como uma “longa obra de amor aos que aprendem”.

Fontes:

inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf

<http://www.andifes.org.br/andifes-abruem-e-conif-se-preparam-para-conferencia-regional-da-educacao-superior/>

<http://www.andifes.org.br/o-financiamento-da-educacao-publica-superior-no-brasil/> O Financiamento da Educação Pública Superior no Brasil Apresentação feita por: Nelson Cardoso Amaral (UFG)

<https://www.ufrgs.br/cres2018ufrgs/>

**PROPOSTAS DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR
PÚBLICO DO BRASIL
III CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Considerando as Instituições Públicas de Ensino Superior um dos mais importantes pilares democráticos de uma nação;

Considerando as Instituições Públicas de Ensino Superior espelho de uma sociedade pluricultural, sob a égide da liberdade, da justiça, do respeito pela diferença, da solidariedade e do bem comum;

Considerando as Instituições Públicas de Ensino Superior o *locus* da cultura, e a cultura um processo de valorização da pessoa humana e da vida;

Considerando as Instituições Públicas de Ensino Superior amplo espaço de debate de ideias, experiências, práticas agregadoras e transformadoras da sociedade em suas organizações sociais, econômicas e políticas;

Considerando as Instituições Públicas de Ensino Superior em seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável do país e da região, e com a busca da resolução dos desafios contemporâneos por meio da interação produtiva e criativa das diferentes áreas do conhecimento.

Reafirmamos nosso compromisso com

A *Defesa* da educação como bem público social, dever do Estado e direito humano fundamental;

A *Luta* pela preservação do caráter público das universidades, da gratuidade do ensino, do amplo acesso e da inclusão, com garantia de financiamento público;

A *Luta* pela autonomia nas Instituições Públicas de Ensino Superior e pela liberdade de cátedra;

A *Defesa* da qualidade no ensino, na pesquisa, na extensão e na inovação, numa visão mais abrangente de desenvolvimento: voltado para a qualidade de vida da população, a superação da pobreza e da precarização do trabalho; a valorização da dignidade humana e da integração social; e a garantia do equilíbrio dos ecossistemas para a redução das desigualdades regionais.

Propomos

I. PARA O PAPEL ESTRATÉGICO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

O aprofundamento dos compromissos do ensino público superior para com a sociedade e a sustentabilidade.

a. Trabalhar pela redução da vulnerabilidade, buscando a inclusão e o respeito aos direitos humanos, visando à melhoria da qualidade de vida da sociedade.

- b. Criar projetos de inclusão, de combate à pobreza, de interiorização da educação superior e de inovação e empreendedorismo social.
- c. Trabalhar no sentido de preservação e condições de desenvolvimento da democracia participativa em todos os níveis, de construção de espaços públicos comunitários, de fóruns de expressão e de fortalecimento da autonomia nas instituições de ensino superior.
- d. Trabalhar em prol da compatibilização das relações econômicas e sociais com o desenvolvimento socioambiental, numa perspectiva ético-política que deve orientar a ciência, a tecnologia e a inovação.
- e. Trabalhar pelo uso racional de recursos naturais, de forma a garantir a melhoria contínua das interações socioambientais. Criar ações de responsabilidade social e participação em iniciativas como observatórios para tratar as questões sociais relevantes, como: pobreza, violência, água e mudanças climáticas, por exemplo, a partir de abordagem multidisciplinar e interdisciplinar.

Tais compromissos envolvem outros níveis de ensino, tanto a partir da formação inicial e continuada de professores, como pela renovação de técnicas, materiais e metodologias inovadoras. Envolvem ações acadêmicas integradas, alinhadas aos ODS.

II. PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO PARTE DO SISTEMA EDUCACIONAL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

A articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, seguindo o eixo da regionalização.

- a. Fortalecer as políticas de regionalização das instituições de ensino superior, promovendo a “visão da universidade latino-americana e caribenha.”
- b. Promover a transformação pedagógica e curricular, considerando:
 - b.1. a formação inter e transdisciplinar, ampla e flexível, que incorpore a interculturalidade e as artes;
 - b.2. as inovações educativas e o potencial das tecnologias da informação e comunicação;
 - b.3. a responsabilidade e consciência social de uma cidadania latino-americana.
- c. Integrar graduação e pós-graduação, ampliando as oportunidades formativas, bem como definir claramente agendas de pesquisa científica socialmente relevantes, além de fomentar programas de apoio à ciência com recursos públicos e privados, suficientes e estáveis.
- d. Valorizar a extensão, atribuindo, inclusive, créditos para as atividades; valorizar os programas de voluntariado e a formação continuada como garantia do desenvolvimento sustentável.
- e. Criar novos espaços para aproximar universidade e sociedade, a fim de impulsionar a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável.
- f. Buscar qualidade acadêmica em todas as instâncias e criar uma cultura institucional de avaliação referenciada na autonomia, tendo a transparência como um de seus pilares:
 - f.1. criar condições para que a avaliação externa seja realizada em harmonia com a autonomia universitária.
 - f.2. avançar para definir critérios mínimos comuns que permitam uma forma de acreditação pública e integrada, por meio de acordos governamentais.
- g. Defender a formação de professores como projeto de nação.

III. PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DIVERSIDADE CULTURAL E INTERCULTURALIDADE NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

A efetiva integração das instituições de ensino superior com a sociedade como processo contínuo, aberto à transformação.

- a. Valorizar o acúmulo de experiências e aprendizados que fortaleçam a busca por um sentido de nação, preservando bens sociais e culturais e a diversidade dos povos.
- b. Respeitar as diferenças e os diferentes saberes, dando voz aos excluídos, independente de raça, gênero, opção sexual e condição de acessibilidade, incluindo, aqui, os migrantes, e acolhê-los por meio de políticas afirmativas e voltadas ao plurilinguismo como elemento integrador.
- c. Ser dinâmica por meio de atividade contínua, sistemática e dialógica (inter e multicultural), interpelando diferentes momentos de formação para que os modos de aprender e ensinar atendam às demandas de uma sociedade em constante mudança.
- d. Ampliar a presença de mulheres nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administração das Instituições de ensino superior, assegurando equidade de cargos e salários.
- e. Ratificar o papel da educação superior como centro de defesa dos valores democráticos, dignidade e direitos humanos.

IV. PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR, INTERNACIONALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

A promoção da internacionalização acadêmica com caráter regional, a fim de produzir conhecimento para o desenvolvimento.

- a. Priorizar a integração regional das instituições públicas e de estrito caráter não mercantil, propondo o Espaço Latino-Americano e Caribenho de Ensino Superior - ENLACES como espaço privilegiado para o acompanhamento das resoluções acordadas na CRES 2018.
- b. Promover uma cooperação internacional solidária, baseada em princípios democráticos de participação, para garantir o direito à educação e ao conhecimento e reduzir as assimetrias entre os países da região.
- c. Promover a integração Sul-Sul como estratégia de desenvolvimento entre regiões com necessidades comuns.
- d. Estimular programas de mobilidade, sem fins lucrativos, para estudantes, docentes e pessoal técnico-administrativo; programas de cooperação acadêmica de pesquisa e de extensão; programas conjuntos de pós-graduação de cotutelas, bem como de duplos-diplomas de graduação.
- e. Estimular projetos de pesquisa bi e multilaterais com objetivos de interesse comum.
- f. Valorizar a inovação de forma a oferecer ferramentas para o desenvolvimento e soluções de problemas sociais da região.

- g. Incentivar a cooperação internacional pela extensão universitária.
- h. Promover a cooperação internacional das instituições públicas de ensino superior nas regiões fronteiriças.

V. PARA O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR FRENTE AOS DESAFIOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

O reconhecimento e o respeito às diferenças de origem, raça, gênero, opções sexuais, pessoas em condição de acessibilidade e promoção de políticas visando à redução das desigualdades sociais.

- a. Estabelecer política, buscando:
 - a.1 criar, nas universidades, uma instância transversal de assessoramento e proposição de políticas formativas, para gestão da diversidade, de políticas de não-violência e de acolhimento, visando à permanência e ao êxito;
 - a.2. relacionar a educação superior ao desenvolvimento econômico e social, considerando os novos perfis profissionais/cidadania que a modernidade exige.
- b. Incentivar, na América Latina e no Caribe, uma política efetiva de ações afirmativas voltadas para os povos originários, afrodescendentes, vulneráveis sociais e econômicos e pessoas com deficiência, garantindo a todos o direito à cidadania e à educação política.
- c. Considerar a sustentabilidade social, econômica e ambiental na estruturação dos currículos e das ações de pesquisa e extensão.
- d. Criar centros interdisciplinares de estudos avançados latino-americanos, baseados nas IES, como órgão catalisador continental.

VI. PARA A PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E A INOVAÇÃO COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, SOCIAL E ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE.

Pesquisa científica e tecnológica e a inovação voltadas para suas responsabilidades com a sociedade, inclusão e promoção do desenvolvimento sustentável.

- a. Garantir o fomento à pesquisa científica como parte fundamental da construção do conhecimento humano.
- b. Buscar uma maior integração entre a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico, em linha com políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável da América Latina e do Caribe.
- c. Atuar, regionalmente, na adoção de políticas públicas e legislações, simplificando os processos administrativos que regem a pesquisa científica e tecnológicas na América Latina e no Caribe.
- d. Integrar as associações científicas da América Latina e do Caribe.

- e. Criar cursos interinstitucionais e inter-regionais, inclusive escolas de verão, com temáticas regionais.
- f. Investir na mobilidade de teor não mercantil como estratégia de desenvolvimento regional.
- g. Valorizar a iniciação científica nas instituições de ensino superior e na educação básica.
- h. Criar iniciativas de integração mais efetivas, que passem pela constituição de instâncias de fomento regionais, alinhadas às políticas locais e regionais de desenvolvimento sustentável.

VII. 100 ANOS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA DE CÓRDOBA

O pioneirismo de um modelo institucional, cuja identidade e atuação precisam ser revisitados e ressignificados.

- a. Redesenhar a concepção de Universidade, o papel da educação e do professor neste contexto de profundas transformações sociais, econômicas, filosóficas, estéticas, técnicas e tecnológicas, que marcam o fim do século XX, início do século XXI, para o futuro:
 - a.1. Possibilitar que a universidade continue como centro integrador entre a tradição e a inovação, por meio da valorização das humanidades, como fonte de justiça social, e da valorização da tecnologia e da inovação, como fonte de desenvolvimento social e progresso das nações;
 - a.2. Criar condições para o surgimento de novas perspectivas dentro das modalidades curriculares, ou seja, novos paradigmas curriculares para novos perfis advindos da globalização e do multiculturalismo;
 - a.3. Trabalhar pela qualidade, a partir de uma visão mais abrangente do desenvolvimento, priorizando os ODS;
 - a.4. Prospectar e desenvolver as potencialidades regionais para benefício próprio e para a cooperação internacional.
- b. Trabalhar pela Autonomia Universitária em seu sentido mais amplo, da autogestão à liberdade acadêmica:
 - b.1. comprometer-se com os princípios democráticos, chamando a comunidade universitária a participar de seu gerenciamento.
- c. Estabelecer processo dialógico inclusivo, criativo e crítico com a sociedade, de forma que a universidade possa responder às suas demandas.
- d. Lutar contra todas as formas de mercantilização da educação.
- e. Tornar-se, a partir de Córdoba 2018, *locus principalis* de integração para o desenvolvimento solidário da América Latina e do Caribe.



Reitor Emmanuel Zagury Tourinho
Presidente da Andifes



Reitor Aldo Nelson Bona
Presidente da ABRUEM



ROBERTO GIL RODRIGUES ALMEIDA
Presidente do Conif